

Entrevista com o professor Jean Bitoun*

Geosul – Temos o prazer de entrevistar o professor Jean Bitoun. Começamos perguntando onde nasceu, cresceu, e como despertou seu interesse pela geografia?

Prof. Bitoun - Eu nasci em Paris em 1950. Meu pai nasceu na Argélia e tinha cidadania francesa e chegou com cerca de 20 anos em Paris antes da guerra, para estudar. Minha mãe nasceu na Rússia e chegou na França em 1928 com 9 anos de idade. Eles se encontraram durante a guerra e se casaram em 1944, quando da libertação de Paris da ocupação alemã. Meu pai estudou, fez direito, psicologia e filosofia. Empregou-se numa grande loja de departamentos e depois fundou uma pequena empresa. Minha mãe fez artes decorativas, mas ficou como dona-de-casa, e só veio a trabalhar depois dos filhos criados. Tiveram quatro filhos e eu sou o terceiro. Eu morava bem no centro de Paris, perto de Notre-Dame. Meu despertar pela geografia foi quando era ainda pequeno: Meus pais me deram um livro, e acho que eu nem era alfabetizado, que era sobre as casas no mundo; eu adorei este livro e em particular as imagens das casas dinamarquesas, de enxaimel. Comecei a ter esta curiosidade acerca da diversidade do habitat e também acerca da Dinamarca. Também gostava muito de atlas, de mapas e em Paris desde a minha infância sempre presenciei a diversidade do mundo. Estudei na escola pública: primário, secundário também. E no último ano do científico, tive um professor de filosofia, Jean Maugüé, que havia participado na missão francesa na Faculdade de Filosofia de São Paulo, com

* Professor da UFPE. Entrevista realizada em 31/10/2007 em Florianópolis e que contou com a participação dos professores Élon M. Pereira, Ewerton V. Machado, Sandra M. de A. Furtado e Maria Dolores Buss. Texto revisado e autorizado pelo entrevistado.

Pierre Monbeig. Nas aulas, falava muito do Brasil, e mais tarde, escreveu um livro de memórias: “Les dents agacées”. Na época no exame final do segundo grau, que corresponde ao vestibular daqui, o Brasil estava no programa de geografia. Então li “Geografia da Fome” de Josué de Castro e “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freire, traduzidos para o francês. Finalmente acabei na terra destes dois grandes autores! Quando houve a escolha do curso superior, hesitei entre História e Geografia. Eu gosto muito de História mas optei por Geografia, achando que a Geografia iria me dar uma relação melhor com o mundo atual. Comecei os estudos de graduação em 67/68 na Universidade de Paris X, Nanterre.

Geosul – Em 1968 chegou a participar do movimento estudantil na França?

Prof. Bitoun - Em 1968 eu voltava de uma excursão geográfica e teve a famosa Noite das Barricadas. Eu fui para lá e participei. Talvez, na época, eu não percebi a dimensão cultural do movimento, mas sim a dimensão política: eu queria a queda do governo. Depois, na minha universidade, os Professores Henri Lefèvre e René Touraine proclamaram a autonomia da universidade e foram instaladas comissões em cada departamento. Fui delegado estudantil. Participei do movimento, mas sem perceber a dimensão cultural.

Geosul – E aí se formou em Geografia em 1971?

Prof. Bitoun - Naquela época, havia três anos de Licenciatura era em três anos, e o a Maitrise, com uma pesquisa. Em 1967, no Natal, havia ido a Lisboa para conhecer a cidade; fiquei lá uns doze dias. Apesar de toda a tristeza que havia em Portugal naquela época, com as guerras na África e a ditadura com o sucessor de Salazar, Marcelo Caetano a cidade me empolgou. Pensei em fazer uma pesquisa lá. Então, no segundo e terceiro anos de licenciatura eu estudei português. E no quarto ano, consegui uma bolsa e passei nove meses em Lisboa; fiz uma pesquisa sobre o centro tradicional de negócios de Lisboa, a Baixa Pombalina. Lembro que fui a todos

os prédios, em todos os andares levantando as atividades que abrigavam. Foi em Portugal que a idéia de vir ao Brasil foi se fortalecendo, em parte porque durante os estudos de graduação se estudava muito o Brasil. Também, na minha geração, os jovens de esquerda tinham uma atração pela América Latina. Voltei para a França, me formei, passei num concurso e comecei a lecionar em 1972. Mas tinha que fazer o serviço militar, que podia ser feito através de cooperação técnica: Em vez de um ano no exército, cumpriam-se dois anos na cooperação técnica. Pedi para ser enviado no Brasil, mas fui mandado para o Canadá. Fiquei no Canadá de 1974 a 1976 ensinando na Universidade de Alberta. Foi uma experiência interessante, mas a minha idéia de vir para o Brasil era quase obsessiva. Em 1976 voltei para a França pelo Japão e pela União Soviética. Participei do Congresso da UGI de 1976 na URSS e encontrei lá a Prof^a Bertha Becker. Conversei com ela, acerca das pesquisas que desenvolvia na Amazônia, e ela se ofereceu para me apresentar à Universidade Federal do Pará. De volta à França, ingressei no Doutorado com o Professor Rochefort na Universidade de Paris I escolhendo tratar da cidade e da frente pioneira em Imperatriz, na Belém-Brasília, no Maranhão. Em 1977, vim pela primeira vez ao Brasil, fazendo um grande circuito e passei cerca de duas semanas em Imperatriz para montar o projeto de pesquisa. O Professor Rochefort havia marcado comigo um encontro no Recife. Encontrava-se na cidade porque, na UFPE estava começando o mestrado, coordenado pelo Professor Manoel Corrêa que mantinha contato com o Professor Rochefort desde 1960 quando este havia residido no Brasil. No primeiro ano do mestrado, colaborava uma pesquisadora francesa do laboratório de Michel Rochefort, Raymonde Ladefroux. Mas, depois de um ano no Brasil ela voltou para a França. Então, o Professor Rochefort me perguntou se eu queria mesmo me mudar para o Brasil, e me propus enviar meu currículo para Recife. Mandei, mas só em 1979 é que cheguei ao Recife, em função dos prazos para contratação de professores visitantes. Vim como Professor Visitante, com a plena certeza de que eu ficaria por aqui. Depois fiz concurso, pedi

demissão da Função Pública Francesa, porque depois de seis anos de licença sem vencimento, precisa escolher. E estou até agora na Universidade Federal de Pernambuco.

Geosul – E quando então termina o seu doutorado?

Prof. Bitoun - Terminei o doutorado em 1981.

Geosul – E desde o início, sua pesquisa esteve sempre na área de urbana e regional?

Prof. Bitoun - Sim. O fato de eu ter migrado fez com que, embora eu tivesse um bom desenvolvimento teórico e convivência com o empírico, tinha a sensação de pouco entender, tendo que reconstruir o entendimento sobre onde se está, como a sociedade se move; era tudo um mistério, ainda mais quando se vem de fora. Lembro-me bem que quase dez anos depois que cheguei, ainda tinha esta sensação e registro alguns eventos que marcaram para mim um processo de relativa integração. Durante a formulação do Plano Diretor do Recife, após a Constituição de 88, me chamaram para discutir os relatos das comissões do plano, pois na época era coordenador do programa de pós-graduação de Recife, de 1984 a 1992, e me pediram para fazer uma palestra sobre a evolução urbana de Recife. Pensei: como vou falar para os recifenses do Recife? Organizei uma palestra que para mim foi um marco, pois o pessoal se reconheceu e aceitou uma leitura diferente da cidade. Depois em 1992 com o novo governo municipal fui chamado a assumir o cargo de Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Recife. Entendi o convite como: eles estavam precisando de alguém que tivesse certo conhecimento e que fosse um outsider na política. Também não sou completamente ingênuo. Eu continuava na universidade e também trabalhava lá. Foi uma experiência interessante.

Geosul – Foi desta época que se criaram as áreas de segregação e que correspondem às ZEIS de hoje?

Prof. Bitoun - As ZEIS já existiam; as ZEIS foram introduzidas na lei de uso do solo do Recife em 1983 e o programa participativo de regularização e gestão das ZEIS, o PREZEIS, foi instituído em 1987. Na história política e social da cidade, na época de D. Hélder Câmara e do movimento Justiça e Paz houve toda uma articulação de setores e de movimentos sociais de base para o uso do solo que resultou em determinadas vitórias, em particular o reconhecimento do direito dos pobres em se manter na cidade que haviam edificado, mesmo em condições precárias. Neste período o BNH já não fazia mais conjuntos habitacionais e passava a desenvolver programas de urbanização de favelas, o PROMORAR; ao mesmo tempo em 78/79 o Banco Mundial já havia colocado na agenda a questão da pobreza urbana. Então, houve uma convergência de uma situação nacional, o esgotamento do BNH, e internacional, a pressão do Banco Mundial, com uma equação política local, personificada por D. Hélder, considerando-se também uma tradição de esquerda de uma parte da burguesia, como o movimento de Cultura Popular, anterior à ditadura. Isso fez com que no Recife, no final dos anos 70 e começo dos 80, se criasse uma conjuntura favorável para que as favelas – embora lá não tenham este nome – deixassem de ser invisíveis, tivessem reconhecimento na lei de uso do solo, e depois originassem o movimento que instituiu o modelo de gestão participativa. Isto tudo é ligado ao Movimento de Terra de Ninguém que foi analisado inclusive por Boaventura de Souza Santos no livro “Conflitos de Propriedade no Recife”, organizado por Joaquim Falcão, para a Editora Forense, e que saiu no início dos anos 80. Neste livro, Boaventura de Souza Santos começa a ver a relação do direito com um direito mais local, isto é, as escalas do direito; retoma esta tese depois em vários livros dele. Um direito nascido da base. Quando cheguei no Recife em 1979, havia uma favela muito tradicional, chamada Coque, ameaçada de erradicação por projeto de construção de shopping-center: Houve toda uma mobilização da

sociedade para impedir a expulsão desta população. Então, no Plano Diretor de 89 já existia a lei de ZEIS e, somente foi reconhecida pelo novo instituto. Quando participei da Prefeitura de 93 a 96, tentamos aplicar tudo isto nos conselhos do Plano Diretor, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Urbano. Tive experiência das dificuldades da gestão concreta, prática que certamente enriqueceu meu conhecimento acerca da problemática urbana. As nossas universidades são jovens, vêm se consolidando, mas ainda é difícil a geração de um ambiente de debate profundo, capaz de incorporar às teorias, geralmente formuladas em universidades do “Norte”, a complexidade das realidades locais, mesmo inseridas em dimensões universais. Mas, em contraposição, temos mais inserção nos movimentos sociais, uma demanda social maior. Isto por certo lado é muito bom, porque tem uma pressão, você se constrói nesta relação entre teoria e prática, mas também, não se tem muito tempo de aprofundar e de contribuir mais decisivamente ao pensamento teórico. Só se aprimoram teorias e conceitos quando o pesquisador identifica em que não iluminam o suficiente a realidade local. Isso ocorre nesta relação mais prática, de aplicação. Penso que esse é meu perfil de pesquisador no âmbito do Observatório Pernambuco de Políticas Públicas, implantado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Não é fácil a relação da academia com os movimentos sociais, inclusive pela origem dos acadêmicos. Aquele mito da academia de estar acima do bem e do mal, distribuindo verdades, está mudando, porque para atuar com os movimentos sociais você tem que ter legitimidade, qualidade e pertinência no que está dizendo.

Geosul – E o Observatório de Políticas Públicas surgiu neste período da sua participação na prefeitura do Recife?

Prof. Bitoun - Não, foi criado em 2000. A FASE, uma ONG nacional com sede no Rio e com núcleos em Recife e Belém, procurava um parceiro acadêmico para consolidar uma prática de assessoria, como já existia no Rio com o IPPUR da UFRJ. Em Pernambuco, foi a Geografia com colegas de arquitetura e de

outras áreas, atuando primeiro junto à FASE no PREZEIS . Devagar se organizou o Observatório a partir de uma idéia central: A agenda de pesquisa da universidade não pode advir somente de pesquisas com financiamento de agências governamentais, mas da pressão que a sociedade nos impõe. Hoje, com a professora Ângela Souza, que é Urbanista Doutora em História, e com a qual tenho uma longa parceria de trabalho, estamos fazendo, com apoio do CNPq, um banco de dados sobre as áreas pobres de Recife. Recuperando, através dos recursos da geomática, cadastros de 1978, 1988 e 1998, e cadastros mais recentes pode-se ver como foi a evolução dessas áreas. Cada ano, oferecemos um curso para as pessoas que fazem parte do planejamento participativo: são cursos de políticas públicas, saúde, etc. Também o Observatório é membro do Fórum de Reforma Urbana, intervindo na discussão do Plano Diretor junto com a Tânia Bacelar que também faz parte do nosso curso. Temos também vinculação com o Observatório do Rio de Janeiro, no âmbito de um Projeto do Milênio do CNPq que reúne uma rede de pesquisa sobre metrópoles do Brasil inteiro, sob a coordenação do Professor Luiz César de Queiroz Ribeiro. Mas os grupos são diferentes. Por exemplo: em Belém e em Recife são laboratórios ligados à FASE. Em Belo Horizonte é mais acadêmico; em Curitiba é mais ligado a Instituto de Pesquisa do Estado, com alguns pés na academia; em Porto Alegre estava se integrando a professora Vanda Ueda, recém falecida no desastre da TAM. Tem também em Natal, Maringá, Fortaleza. Então tem este grande projeto, com diversas linhas de pesquisa, e estamos trabalhando em rede. Assim o Observatório tem esta pesquisa em escala nacional e as outras ligadas aos movimentos locais. Os alunos que passam pelo laboratório aprendem a ter autonomia e a ter esta relação mais direta com a sociedade.

Geosul – De certa forma, Recife é uma referência para Reforma Urbana no Brasil, especialmente quando se fala em ZEIS. E hoje a ZEIS está incorporada no discurso como um instrumento. Como se deu a construção deste instrumento?

Prof. Bitoun - Saiu agora um livro da coleção *Habitare*, organizado por Aduino Cardoso do IPPUR, e que pode até ser encontrado na Internet. Neste livro há vários capítulos sobre as metrópoles e as políticas de habitação de interesse social nos anos 90. Um deles, de autoria de Lívia Miranda e Demóstenes Moraes do Observatório, trata do PREZEIS. Tem também um capítulo de Ângela Souza sobre a política habitacional na Região Metropolitana do Recife; redigi outro capítulo tratando de uma experiência de política habitacional vinculada à Defesa Civil, em município periférico da Região Metropolitana. Quando se fala em ZEIS há duas coisas diferentes: uma é o reconhecimento na Lei de Uso do Solo do tipo de habitat construído anteriormente sem seguir as regras legais através do Zoneamento que insere essas áreas, previamente num limbo legal, num instituto jurídico. Isto se deu no caso do Recife em 1983 na Lei de Uso do Solo, numa conjuntura internacional, nacional e local já descrita acima. Outra, é o estabelecimento de um sistema de gestão próprio que poderia ser inserido no tratamento da habitação de interesse social, considerando a complexidade das situações. Esta no fundo é a grande questão. Os conjuntos habitacionais do BNH nunca conseguiram incorporar a parte da população com renda de zero a três salários mínimos. Hoje a nova lei de habitação de interesse social pretende chegar a isto, mas é uma adequação complicada, pois a habitação é um bem de mercado; tem que dar subsídio para a população desfavorecida, como é este o caso. No Recife, o sistema de gestão é posterior à lei de zoneamento; data de 1987, após os embates político-jurídicos estudados por Boaventura de Souza Santos, a instituição da lei do Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social que criou um sistema de gestão participativa com comissões de urbanização locais, compostas por representantes eleitos a cada dois anos, técnicos da Prefeitura e assessoria. O sistema é dirigido por um Fórum de Gestão com uma Câmara de Urbanização e uma Câmara de Legalização Fundiária. A institucionalização foi uma vitória; mas por outro lado, ao se institucionalizar acabou perdendo um pouco a dimensão da

dinâmica política e com o tempo surgiram problemas. É uma política de habitação especial? Ou, é a política de habitação de interesse social da cidade? Esta questão é muito importante, pois direciona para uma política nacional a experiência acumulada desde a institucionalização das ZEIS. Outro problema vincula-se a fontes de financiamento que nunca foram muito elevadas e conseqüentemente as realizações dependeram de fontes aleatórias externas, como o BID. A experiência do Recife foi inovadora, mas com o passar do tempo houve uma diminuição da dinâmica sócio-política e da mobilização que originaram essa inovação. Com essa diminuição pode ter se tornado mais difícil encontrar outras soluções inovadoras para superar os problemas encontrados no percurso dos anos 90, ocorrido durante um período de ausência de política nacional de habitação social. É difícil adaptar a estrutura consolidada no Recife a uma coisa nova que é a política nacional de habitação de interesse social recém instituída, porque tem a inércia das coisas instaladas. Mas se hoje for implantada ZEIS no zoneamento de uma cidade precisa pensar logo na política de habitação de interesse social e na de risco, em consonância com a União que despertou para construir uma política nacional. Isto que é importante.

Geosul – Muitas cidades e muitos planos diretores têm utilizado as ZEIS ao contrário do que foram pensadas, reservando áreas distantes da cidade para habitação especial...

Prof. Bitoun - É, há as chamadas ZEIS vazias. Reservar espaços em lugares muito distantes, ruins. Aí se induz cada vez mais à maior periferação. Precisa incluir na Lei nacional de parcelamento espaços para habitação de interesse social em lugares não periféricos. Há uma mudança na prática dos movimentos sociais que me parece importante: Ocupam uma área ou um prédio como os “squatters” na Europa, mas não pretendem ficar necessariamente nessa área ou nesse prédio; querem ser integrados em alguma solução de política de habitação de interesse social. A tradição das ZEIS é outra, é o reconhecimento de uma situação e a

luta para ficar no lugar, já descrita por Josué de Castro na década de 50. Precisa conceber outros instrumentos para o momento atual com uma nova natureza da demanda.

Geosul – Como vê a questão ambiental dentro do urbano?

Prof. Bitoun – Para tratar a questão ambiental hoje dentro do urbano tem que se recuperar a relação com a geografia física, que tem muito a dizer para nós de geografia urbana: no fundo é uma atualização do velhíssimo conceito de sítio; retrabalhar esse conceito com seriedade, não em uma perspectiva geohistórica, mas a partir da problemática ambiental. Do lado dos geógrafos ditos urbanos ela tem que ser trabalhada com um olhar muito mais preciso das redes de infra-estrutura, viária, saneamento básico, drenagem, coleta e destino final do lixo, etc. Trata-se da relação das cidades com os sistemas naturais, e essas redes são substitutos parciais das redes e ciclos naturais perturbados pelas edificações. Devido à pressão humana, você tem que substituir o que a natureza sozinha tratava. Por exemplo: a questão do manejo das águas pluviais. Se intervindo na rede hidrográfica direta ou indiretamente, se afeta o ciclo natural das águas. Qual foi a qualidade dessas intervenções? Foram capazes de estabelecer um equilíbrio ou destruíram o equilíbrio natural sem propor soluções artificiais que permitissem um bom manejo das águas pluviais. Eu tive um orientando de mestrado que trabalhou com isto no Recife e quando fui apresentar minha contribuição no Conselho das Cidades e que participei do comitê técnico de saneamento, toda a minha energia foi em cima do manejo das águas pluviais, que não tem muitos padrinhos. O saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário) já tinha muitos padrinhos. O engenheiro Tucci em Porto Alegre trabalha com isto, mas é uma questão que afeta muito o cotidiano das cidades e que não ganhou centralidade nas gestões urbanas. Outra face da questão ambiental urbana, além da qualidade das redes que, para mim, é a principal é o status das unidades de conservação em ambiente urbano. Este é parcialmente governado por meio de uma legislação urbana oriunda do

urbanismo e a gestão ambiental apóia-se em institutos legais oriundos das ciências naturais. Dificilmente estas ciências se encontram: quem pensa a natureza, não pensa nas cidades, e vice-versa. Mas isso está mudando mesmo se brinco sempre com os urbanistas dizendo que na geografia não tem áreas urbanas “vazias”, tem áreas não construídas que podem ter um papel relevante na cidade. Obviamente uma unidade de conservação em uma cidade é pequena e não tem lá um papel biológico tão importante. Mas tem outros papéis, como o paisagístico e o educacional. Aí vem a geografia como área de conhecimento importante, pois vai trabalhar com um enfoque que não é o mesmo dos biólogos. Por exemplo: a mesma formação vegetal tem um papel diferente dependendo de onde está situada.

Geosul – Agora com a mudança dos planos diretores não estar restrito às áreas urbanas mas sim a todo município, será que com isto as diferenças daqueles geógrafos que trabalham com o urbano e dos que trabalham mais com o físico não vão se atenuar? **Prof. Bitoun** – Acho que sim. Escrevi um texto que está na página do Observatório das Metrópoles, naquela rede que falei anteriormente. Nesta onda dos planos diretores, salvo algumas exceções não vai ainda repercutir isto. Em geral os planos diretores são feitos por urbanistas que não dão importância para esta outra dimensão. Mas para mim se é um município como um todo, tem que ter outras formas de olhar o espaço sem ser só a dimensão urbanística. Mas acho que é uma perspectiva muito boa mesmo. Mas a geografia também tem que entender melhor a sua posição e diferenças com o urbanismo. Eu dou uma disciplina de pós-graduação em que a primeira coisa a ser trabalhada é a relação de geografia urbana e urbanismo. Acho importante ter claro o objeto da geografia; a geografia se enriquece nas relações interdisciplinares, sobretudo quando nessas relações o geógrafo identifica a contribuição própria do olhar da disciplina. Também concordo com o fato que se tem que trabalhar o município como um todo, mas agora pense isto na

Amazônia? Pense isto em Altamira, por exemplo, que tem o tamanho de Portugal?

Geosul – No Brasil muito do que está nas políticas de gestão dos recursos hídricos e mesmo a participação popular é na verdade ingerência do BID. O mesmo deve ser quanto aos planos diretores. E não é fácil a chamada participação popular ser realmente popular. No caso do Recife, foi diferente porque tinha toda uma construção que facilitou e estimulou isto. Mas no restante do Brasil...

Prof. Bitoun – Uma colega urbanista da UFPE, Professora Suely Leal escreveu um livro “O fetiche da participação”. Creio que, realmente, precisa diferenciar processos participativos pela qualidade, o que deixa de ser feito quando se torna um fetiche. Nós geógrafos temos um compromisso com a diversidade, e a diversidade é muito importante hoje, é a única forma de se proteger contra os totalitarismos. E esta diversidade é compreensível através de um jogo de escalas, e de nossa capacidade em trabalhar com distintas escalas. Um lugar no cerrado baiano se vincula diretamente com o mundo através da soja porque ele foi escolhido para ser o local de agrupamento da produção. Ao mesmo tempo se tem políticas públicas nacionais de municipalização da saúde, da educação, da Assistência Social. A geografização dessas políticas em escala municipal provoca impacto na própria política nacional. Também, a forma de pensar a hierarquia urbana mudou, considerando, por exemplo, a definição das cidades médias. Em escala nacional, há poucas cidades médias na Amazônia, mas considerando em escala regional as práticas e as necessidades de serviços, há cidades médias na Amazônia, de tamanho e configurações diferentes da rede urbana paulista. Existem cidades médias em escala global, em escalas nacionais e em escalas regionais. Se não inserir o conceito nessa visão plural, creio que empobreça e fique de pouca serventia. Em Manaus, geógrafos da UFAM desenvolvem trabalhos sobre a rede urbana amazônica que podem ser muito importante para a renovação metodológica desse

conceito na Geografia. Esse esforço da Geografia em trabalhar a diversidade, para mim, funda a nossa disciplina como ciência moral e política para evitar o totalitarismo no pensar e no agir.

Geosul – Gostaríamos que falasse um pouco sobre a Universidade Federal de Pernambuco, o Programa de Pós-Graduação e o papel do prof. Manoel Corrêa.

Prof. Bitoun - Quando cheguei a Recife era o momento da institucionalização do mestrado. Deve-se lembrar que em 1830, o imperador criou faculdades de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia e a faculdade de direito no Recife e São Paulo. Então tem uma tradição intelectual bem antiga lá. O curso de Geografia começa em 1950 com três professores principais, todos formados em direito e com origem na burguesia agrária: os professores Gilberto Osório de Andrade, Mário Lacerda de Melo e Manuel Corrêa de Andrade. Este grupo se fortaleceu através dos encontros da AGB. Em 1963 Manuel Corrêa escreve “A Terra e o Homem no Nordeste”, dentro do contexto das lutas pela reforma agrária, e, com o apoio de Caio Prado, estabelece na análise regional uma ponte entre as abordagens da geografia tradicional e da estrutura sócio-política. Criou o mestrado em Economia e Sociologia e, em 1976, criou o mestrado em Geografia. Esses professores formaram uma geração de pessoas que provinham de várias partes do Brasil, em geral professores universitários. O curso colocava-se em oposição à geografia quantitativa e teórica e Manuel Correia desejava que se trabalhasse a problemática do desenvolvimento regional, com base em estudos de casos, orientados por problemáticas gerais. Este mestrado passou por altos e baixos como muitos cursos, mas os alunos de Manoel Corrêa ficaram encarregados de manter o curso funcionando e foi a geração seguinte que saiu para o doutorado. Conseqüentemente demorou muito para se ter o doutorado lá. O Professor Alcindo José de Sá que se graduou em economia cursou o mestrado em Geografia na UFPE e o doutorado na USP, foi o grande batalhador para a implantação do doutorado; claro que com o apoio do grupo. E o

doutorado foi implantado em 2004. Temos um grupo relativamente forte em Geografia Urbana, e um forte crescimento da Geografia Física, especialmente quanto ao quaternário. O curso tem muitas dissertações produzidas e tivemos a felicidade de passar de 4 para 5 no conceito da CAPES em 2007. Entre as principais qualidades de Manuel Corrêa, e quem sou eu para falar disso, registro a firmeza no sentido de desconfiar dos modismos que afetam a continuidade e a qualidade da ciência, a capacidade de manter relações na e além da disciplina para sempre aprimorar o conhecimento, o forte compromisso com a sociedade, e uma generosidade para orientar muita gente.

Geosul – E você chegou a participar da AGB?

Prof. Bitoun - A AGB é um patrimônio dos geógrafos, mas uma participação ativa é muito complexa. Se a seção local funciona irregularmente, dificulta a manutenção do vínculo além dos eventos nacionais. Mas fui associado e acabei como representante da AGB no 1º Conselho das Cidades. Senti falta de uma estrutura local mais ativa podendo tirar posição com agilidade.

Geosul – Agradecemos muito ao professor Jean Bitoun e registramos que a entrevista foi feita no dia 31 de outubro de 2007, em Florianópolis durante o Simpósio de Geografia Urbana.

Prof. Bitoun – Eu é que agradeço; pelo trato pessoal e pela qualidade dos trabalhos apresentados.